

José Apolinário quer acelerar execução dos fundos europeus

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve quer maximizar o atual programa operacional regional até ao final de 2021

Bruno Filipe Pires
bruno.pires@barlavento.pt

Durante a sua presidência, Apolinário pretende reunir com a imprensa a cada dois meses para «partilha de informação». O primeiro encon-

tro teve lugar na segunda-feira, dia 11 de janeiro, na sede da instituição. Entre os vários números avançados, do conjunto global dos fundos europeus estruturais e de investimento para o período 2014-2020, o Algarve soma, até ao final

do ano passado, cerca de 577 milhões de euros em projetos aprovados, em 5534 operações aprovadas. No atual quadro, ao abrigo dos vários programas de gestão interna ou de cooperação, a região conta com um total de 577,2 milhões de eu-

ros. Em relação ao Programa Operacional (PO) CRESC Algarve 2020, cujo fundo ronda os 320 milhões de euros, a situação atual da taxa de execução é de 42,13 por cento, com 1313 operações aprovadas e um custo elegível de 199,41

milhões de euros. Isto, apesar da taxa de compromisso rondar os 89,95 por cento. Apolinário reconheceu dificuldades em aplicar as verbas. «Há um conjunto de investimentos públicos que por vezes têm atraso no lançamento dos concursos. Temos de procurar saber quais são os problemas e contribuir para a sua resolução. Em relação aos privados, numa primeira fase deste quadro, houve uma maior execução. Agora digamos que tem havido uma diminuição», admitiu. Até ao final de 2021, «queremos atingir 58 a 60 por cento. Isto é, queremos aumentar 50 milhões de euros a execução do PO regional e trabalhar ao longo deste ano, para que no período de 2021-2027 o Algarve possa vir a ter uma duplicação dos fundos europeus, nas suas atividades económicas, nas atividades dos municípios, nos investimentos públicos. Digamos, queremos mobilizar todos nessa ambição», resumiu aos jornalistas. A intenção do presidente é que no futuro, no conjunto de todos os financiamentos, nacionais e europeus, a região possa duplicar as verbas e chegar aos 1200 milhões de euros. «Diria que o grande desafio para os próximos anos é ter mais investimento na área da inovação e ciência. E temos de melhorar as condições de contexto das empresas, desde logo das que não trabalham com o turismo. O processo em relação ao próximo quadro vai agora iniciar-se» com vários *players*, «e queremos que seja o mais participado possível». Até ao final de março sairá um pré-documento com orien-

tações para a estratégia a seguir. Em relação aos 300 milhões que o governo anunciou para o Algarve, o grande objetivo «é a diversificação da base económica da região», embora haja condicionantes, com percentagens definidas para empresas científicas e para ação climática. «Estamos a trabalhar com a AMAL e também com as associações empresariais para reforçar as nossas respostas na área do mar; na área da eficiência energética, na área das energias renováveis, na área da agro-indústria e da biotecnologia, na área do envelhecimento ativo e saudável, nas áreas dos empregos verdes, nas áreas das indústrias criativas e culturais» que são consideradas prioritárias para o futuro. Uma pergunta, contudo, que ficou sem resposta tem a ver com o novo Hospital Central do Algarve. «O que posso dizer é que espero que haja uma clarificação por parte do governo, ao longo de 2021, acerca desse dossier, que é um desafio incontornável para a região», disse José Apolinário. Por fim, o ex-secretário de Estado das Pescas e ex-autarca de Faro apontou como exemplo de vulnerabilidade, a transfeção das cisternas de JET A1 (combustível de aviação) da estação de comboios de Loulé para o Aeroporto de Faro por via de camião. «É do interesse da região que as condições de segurança do transporte do combustível (*fuel*) sejam acauteladas, também do ponto de vista da mobilidade», neste caso, num ramal direto para a aerogar, «ou através de um *pipeline*», opinou.



José Apolinário

VICENTINA
Associação de Municípios do Algarve

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014/2020

ADERE 2020

CANDIDATURAS ABERTAS

ATÉ 18 JAN'21
10.2.1.1 — Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola

10.2.1.4 — Cadeias Curtas

ATÉ 22 JAN'21
10.2.1.4 — Mercados Locais

ATÉ 08 FEV'21
10.2.1.2 — Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização

PARA INFORMAÇÕES CONTACTE A ASSOCIAÇÃO VICENTINA
T. (+351 282 620 180) | E. vicentina@vicentina.org

www.galadererural.org | www.pdr-2020.pt/candidaturas

PDR 2020 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020

PORTUGAL 2020

Portimão
Câmara Municipal

AVISO

Nos termos do artigo 77.º e dos n.ºs 1 e 4 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, torna-se público que a Câmara Municipal de Portimão, emitiu em 05/01/20201

ADITAMENTO AO ALVARÁ DE LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO N.º 17/1993 E SEUS ADITAMENTOS DE 23/01/2002, DE 15/06/2000, DE 25/01/2001, DE 08/01/2003, DE 27/01/2003, DE 08/09/2003 E DE 28/03/2005

Titular do alvará: Court Properties (Portugal) Limited., portador de pessoa coletiva n.º 980005957, com sede na Urbanização Oásis Parque, lote 3 - Chão das Donas - Portimão.

Prédio sito na Urbanização Oásis Parque, Chão das Donas - Portimão, freguesia e concelho de Portimão, descrito na Conservatória do Registo Predial de Portimão sob o n.º 4645/19930312 e inscrito na matriz predial rústica n.º 1, Secção S e na matriz predial urbana sob o n.º 11914 e 12320, da freguesia.

A alteração à operação de loteamento foi aprovada por deliberação camarária n.º 247 de 06/05/2020, incide nos lotes n.ºs 239, 240, 241, e 242, da fase 6, descritos na Conservatória do Registo Predial de Portimão sob o n.ºs 8028/20020711, 8029/20020711, 8030/20020711, 8031/20020711, 8242/20030212, respetivamente, inscritos nas matrizes prediais urbanas sob os n.ºs 14802, 14803, 14804, 14805 e nos lotes n.ºs 193, 194, 207, 208, 209 e 210, da fase 7, descritos na Conservatória do Registo Predial de Portimão sob o n.ºs 8242/20030212, 8243/20030212, 8256/20030212, 8257/20030212, 8258/20030212 e 8259/20030212, e omissos na matriz e consiste na correção de áreas de construção.

Área abrangida pelo Plano Diretor Municipal.

Fase 6:
Lote n.º 239 - área de construção passou de 166,00 m2 para 183,50 m2.
Lote n.º 240 - área de construção passou de 166,00 m2 para 183,50 m2.
Lote n.º 241 - área de construção passou de 215,00 m2 para 197,50 m2.
Lote n.º 242 - área de construção passou de 215,00 m2 para 197,50 m2.

Fase 7:
Lote n.º 193 - área de construção passou de 144,00 m2 para 152,00 m2.
Lote n.º 194 - área de construção passou de 144,00 m2 para 152,00 m2.
Lote n.º 207 - área de construção passou de 136,00 m2 para 140,00 m2.
Lote n.º 208 - área de construção passou de 136,00 m2 para 140,00 m2.
Lote n.º 209 - área de construção passou de 136,00 m2 para 140,00 m2.
Lote n.º 210 - área de construção passou de 136,00 m2 para 140,00 m2.

A Presidente da Câmara Municipal de Portimão,
(Isilda Maria Prazeres S. Vargues Gomes, Lic.)

barlavento Nº 2238, 14-01-2021

arte óptica
manuela

Consultas de Optometria / Contactologia
Terapia visual • Exames Complementares

Equipamento
topo de gama
ao seu dispor

Rua Direita, Ed. Delmar, Lj. 10 - 8500-624 Portimão
Tel.: 282 098 659 | 918 183 679 | 927 039 459
manuela.ramosvieira@gmail.com